

# ESTUDOS MARÍTIMOS E A DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA CIÊNCIA OCEÂNICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2021-2030)

Thauan Santos<sup>1</sup>  
Tarin Mont'Alverne<sup>2</sup>  
André P. Beirão<sup>3</sup>  
Alexander Turra<sup>4</sup>

Os estudos marítimos, enquanto ensino e pesquisa – particularmente no Brasil –, ainda representam uma pequena (embora crescente) área do conhecimento, com poucos estudos consolidados sobre o assunto. Tratando-se de uma área interdisciplinar por essência, no País há apenas um único programa de pós-graduação na área, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM/EGN), criado em 2014 e inserido na área de Ciência Política e Relações Internacionais (CP/RI) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-MEC).

Inexistindo, conseqüentemente, pleno ou amplo reconhecimento sobre a área do conhecimento, é possível afirmar que:

---

<sup>1</sup> Doutor. Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM/EGN), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: thauan@marinha.mil.br / Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4001-4322>. Co-organizador desta edição especial.

<sup>2</sup> Doutora. Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), Brasil. E-mail: tarinfmontalverne@yahoo.com.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3824-6666>. Co-organizadora desta edição especial.

<sup>3</sup> Doutor. Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval (PPGEM/EGN), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: beirao@marinha.mil.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3600-8242>. Co-organizador desta edição especial.

<sup>4</sup> Doutor. Programa de Pós-Graduação em Oceanografia; Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Cátedra UNESCO para Sustentabilidade do Oceano, Instituto Oceanográfico, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), Brasil. E-mail: turra@usp.br / Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2225-8371>. Co-organizador desta edição especial.

“[o]s Estudos Marítimos compõem um campo acadêmico que estuda as relações ou interações entre o ser humano e os oceanos, mares e águas interiores. Sua natureza inter e multidisciplinar permite conexões e interconexões com História, Geografia, Ciências Sociais, Administração, Economia, Direito, Ciência Política, entre outros domínios do conhecimento, quando esses proveem contribuições de interesse. Nesse sentido, os Estudos Marítimos buscam desvelar dinâmicas e aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, estratégicos, científico-tecnológicos e ambientais, das citadas relações” (ALMEIDA; MOREIRA, 2019, p. 15).

Apresentando mais uma *proxy* para evidenciar a – ainda – pouca expressão da área na academia brasileira, destaca-se que há apenas um manual sobre a temática no Brasil, que foi publicado em língua portuguesa em 2018 e, mais recentemente, em 2021, em língua inglesa. Contando com a contribuição de professores e pesquisadores brasileiros e, inclusive, estrangeiros, a iniciativa teve como grande motor a necessidade de divulgação social e acadêmica desta área de conhecimento – tão necessária e, paradoxalmente, ainda tão tímida no país.

Isso não significa dizer, contudo, que as diferentes áreas mencionadas por Almeida e Moreira (2019), em maior ou menor grau, não apresentem estreito diálogo com o mar e/ou oceano. Ora de maneira mais direta, ora mais indireta, distintas áreas já consolidadas das Ciências Humanas e Sociais contemplaram a relevância do mar e do oceano em suas respectivas análises – ainda que usando ou partindo de metodologias, ontologias e epistemologias próprias às suas áreas originais. É verdade, porém, que, com frequência, mar e oceano não representavam o centro dessas análises em si, contribuindo de maneira marginal e/ou ad hoc em muitas delas. Movimento paralelo emerge na área de Ciência Ambiental, que passa a integrar o oceano de forma mais presente nos últimos anos, com destaque para a emergência da Oceanografia Socioambiental (MOURA, 2017; 2019; TURRA et al., 2021).

Por sua vez, outras áreas do saber já evidencia(va)m de maneira mais clara a relevância e o valor do mar e do oceano. Cabe destacar, contudo, que esse valor do mar é bem superior ao somatório de seus

agregados tangíveis (o mar como meio de comunicação e fonte de recursos) e intangíveis (culturais, sociais – turismo, esporte e mesmo religiosos) (BEIRÃO et al., 2020, p. 55-57). Entretanto, de toda essa magnitude de relevância, alguns destaques são evidentes diante dos desafios propostos à década.

É o caso da Oceanografia e das Ciências Biológicas, por exemplo, que efetivamente têm no ambiente marinho e nas atividades marítimas um locus de análise própria, buscando entender suas dinâmicas e seus elos com os demais setores da sociedade. Nesse movimento, e seguindo Arbo et al. (2018), Bavinck e Verrips (2020) defendem a necessidade de um novo Manifesto for the Marine Social Sciences, dado que atual Manifesto das Ciências Sociais Marinhas que emergiu da Conferência MARE 2019 tem um alcance limitado e a relevância das ciências sociais nesses estudos é crescente.

Tal discussão acerca da conservação do oceano não está no mesmo estágio de maturidade no mundo e, particularmente, no Brasil, ainda é incipiente (TELES; MONT' ALVERNE, 2019; IOC/UNESCO, 2020). Muito há que ser feito e novas formas de conhecimento, incluindo a inter e transdisciplinaridade (GRILLI et al., 2017), demandam estratégias específicas (CLAUDET et al., 2020). A existência de estratégias brasileiras para o desenvolvimento de Políticas Públicas (PP) relacionadas ao ambiente marinho revelam lacunas de implementação (POLETTE et al., 2015; NICOLODI et al., 2021; GONÇALVES et al., 2021), as quais levam à subutilização dos recursos marinhos, de forma sustentável, em detrimento do vasto potencial da Amazônia Azul.

E esse é um imenso desafio de adesão nacional: a reformulação de PP voltadas ao mar, que sejam coerentes com os compromissos assumidos pelo Brasil em uma década voltada para a ciência oceânica. Coerente com essa demanda é que surgiu o Observatório de Políticas Marítimas, que busca fomentar o engajamento na análise, debate, avaliação e propositura de melhorias nas PP atuais e em novas necessidades. Diversas são as mais relevantes PP que podem confluir para tais resultados, dentre elas, a de mais alto nível: Política Marítima Nacional (atualmente em revisão no País em decorrência de criação de GT Interministerial para tal) (BRASIL, 2021); a Política Nacional de Recursos do Mar (PNRM) – de onde derivam os Planos Setoriais, dentre várias outras; e a discussão em curso acerca da criação oficial de um conceito e método de mensuração do “PIB do Mar” do Brasil.

Neste sentido, o X Plano Setorial para os Recursos do Mar (X PSRM) inovou na nova compreensão do campo científico das Ciências do Mar, qual seja, na necessidade de uma integração das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas às Ciências do Mar. Afigura-se, portanto, fundamental o aprofundamento de pesquisas sobre essa integração, visto que podem ser de grande valia para uma melhor inserção do Brasil no contexto da Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2021-2030; IOC/UNESCO, 2021), também conhecida como “Década do Oceano” e para uma melhor adaptação das políticas adotadas a nível nacional com base em normativos internacionais e regionais.

Cabe mencionar o GT Humanidades do Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPGMar), que busca contemplar as contribuições da integração das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, das classificações da Capes e do CNPq, à compreensão mais ampla do campo científico das Ciências do Mar. Dentre outros objetivos, tal GT busca incentivar e apoiar atividades interdisciplinares que promovam a interface entre as áreas do conhecimento que integram as Ciências do Mar, além de contribuir com a promoção da Cultura Oceânica, Amazônia Azul e Mentalidade Marítima.

Por consequência, propostas de adoção de instrumentos para uma gestão sustentável na Amazônia Azul – por meio de políticas públicas, que incentivem ao mesmo tempo, a proteção ambiental, aliada ao desenvolvimento socioeconômico – podem indicar caminhos para o desenvolvimento da política nacional marinha e propiciar que o Brasil se posicione de forma estratégica diante dos complexos desafios relacionados ao mar. É justamente por isso que essa Special Issue da Revista da EGN tem como foco destacar as (potenciais) contribuições dos estudos marítimos para o futuro sustentável dos oceanos, particularmente considerando o atual contexto da “Década do Oceano”.

Além disso, vale mencionar que essa é uma discussão que tem merecido crescente debate, inclusive em termos da Defesa Nacional. A Marinha do Brasil (MB) tem atuado de forma crescente em diversos fóruns da Década e em medidas de caráter efetivo. O debate da ciência voltada ao oceano, além do caráter de preservação, desdobra-se em relevantes avanços tecnológicos e, por outro lado, a deterioração ambiental dos mares pode impactar diretamente a própria capacidade operacional das Marinhas de Guerra. Assim, a MB tem, por princípio, três protagonismos nesse debate, o

mais abrangente deles, como particular indutora da mentalidade marítima nacional – por exemplo, com a alavancagem do conceito geopolítico de Amazônia Azul. O segundo protagonismo decorre das responsabilidades inerentes da Autoridade Marítima Nacional, exercida pelo Comandante da Marinha, e de todos os setores da MB em apoio a essas responsabilidades. O terceiro protagonismo decorre da necessidade de acompanhamento do debate que pode impactar ações de monitoramento, vigilância, áreas protegidas, uso de tecnologias inovadoras (especialmente com a crescente pesquisa no uso de meios navais autônomos), dentre outras, sendo variáveis relevantes no seu pensamento estratégico-operacional.

Ademais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados em 2015, ilustram a evolução conhecida dos últimos anos quanto à necessidade, no contexto internacional, da gestão sustentável dos mares e oceano. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotados em 2000, não contemplavam a conservação e uso sustentável do oceano, dos mares e dos recursos marinhos, incluindo o objetivo 7, concernente à proteção do meio ambiente. Em um quadro de uma abordagem diferente e transversal, os ODS – aprovados pela Assembleia das Nações Unidas, em 25 de setembro de 2015 – dedicam um objetivo específico ao ambiente marinho. Trata-se do ODS 14, que visa a “Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”.

Embora ainda falte precisão e não possa, por essa razão, ser sistematizada, a evolução observada se direciona a uma melhor consideração da questão dos mares e oceano no âmbito do direito internacional, sobretudo quando a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução 71/312 de 6 de julho de 2017 “Nosso Oceano, Nosso Futuro: Chamada para Ação”, cujo objetivo era apoiar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14.

De fato, a centralidade da preocupação global com o oceano e toda sua riqueza motivou a Organização das Nações Unidas (ONU) a formalizar tal década entre 2021 e 2030. A exploração e a exploração sustentáveis, bem como a necessidade de articulação cooperativa, integrada e colaborativa em torno de políticas pautadas no uso sustentável do oceano, nos direitos das futuras gerações e na mediação racional de disputas e conflitos motivam a todos os pesquisadores ligados a esse objeto de pesquisa na propositura de ações e posicionamentos voltados a esses objetivos globais e nacionais.

“Declarada em 2017 pela ONU, [a Década do Oceano] tem como

slogan ‘a ciência que precisamos para o oceano que queremos’ e busca ampliar a disponibilidade de dados em escala global, além de promover a gestão sustentável do oceano” (SANTOS, 2021a, p. 7). Possuindo sete resultados principais (UN, 2017), tais como oceano limpo (poluição), oceano saudável e resiliente (mapeamento e proteção do sistema marinho), oceano previsível (compreensão das condições oceânicas atuais e futuras), oceano seguro (riscos oceânicos), oceano produtivo e sustentável (garantia de fornecimento de alimentos), oceano transparente e acessível (dados de acesso aberto, informações e tecnologias) e oceano inspirador e envolvente (valorização do oceano), a década busca definir caminhos para o desenvolvimento sustentável (IOC-Unesco, 2020). Entre seus desafios, destacam-se a compreensão e o combate à poluição marinha, a proteção e a restauração dos ecossistemas e da biodiversidade, o desenvolvimento de uma economia oceânica sustentável e equitativa, assim como o desbloqueio de soluções baseadas no oceano contemplando a mudança do clima (SANTOS, 2021b).

Diferentes são as interfaces entre os estudos marítimos e a Década do Oceano, especialmente pela natureza transversal e interdisciplinar de ambas as agendas. Dentre elas, destacam-se, por exemplo: capacitação, educação e treinamento sobre mares e oceano, no contexto da Agenda 2030; promoção da economia azul, da blue finance e da governança do oceano; e papel de políticas e atores públicos, estatais, parcerias público-privadas (PPP), subnacionais, nacionais, regionais e globais. Considerando particularmente o caso brasileiro, a área do conhecimento pode ajudar a mapear, analisar e prever arranjos, atores e normas, bem como compreender a articulação entre instituições nacionais, regionais e globais.

Desde o recorte das ciências sociais e humanas, particularmente, e tendo como foco os próximos anos da Década do Oceano, a presente Special Issue tem como principal objetivo contribuir com a literatura dos estudos marítimos, inserindo-a no atual contexto da agenda global. Contando com aportes das Relações Internacionais, da Economia, do Direito, dos Estudos Estratégicos, do Planejamento Energético e Ambiental e da Defesa, o presente número coloca a Revista da Escola de Guerra Naval (EGN) na vanguarda do debate acadêmico nacional da área de CP/RI da CAPES, dada a então incipiente literatura nacional sobre o assunto e inseridas como produção de diversas induções à pesquisa, sejam pela comunidade científica (CAPES, CNPq, etc.) quanto por Programas interministeriais e intersetoriais (PROMAR, PRO-DEFESA, PROCAD, etc.). Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo A.; MOREIRA, William de S. (org.). **Estudos Marítimos: Visões e abordagens**. v. 1. São Paulo: Humanitas, 2019. p. 13–15

ARBO, Peter; KNOL, Maaïke; LINKE, Sebastian; MARTIN, Kevin S. The transformation of the oceans and the future of marine social science. **Maritime Studies**, v. 17, p. 295–304, 2018.

BAVINCK, Maarten; VERRIPS, Jojada. Manifesto for the marine social sciences. **Maritime Studies**, v. 19, p. 121–123, 2020.

BEIRÃO, André P.; MARQUES, Miguel; RUSCHEL, Rogério Raupp. **O Valor do Mar: uma visão integrada dos recursos do oceano Brasil**. 2. ed. (Amp e Rev.). São Paulo: Essencial Idea, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.607 de 22 de janeiro de 2021**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para reformular a Política Marítima Nacional. Brasília: Presidência da República, 2021.

CAPES/MD. **Projetos aprovados no Edital nº 27/2018** – Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional - Pró-Defesa IV. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/26112018-edital-27-pro-defesa-resultado-preliminar-pdf>. Acesso em 20dez2021.

CLAUDET, J. et al. A Roadmap for Using the UN Decade of Ocean Science for Sustainable Development in Support of Science, Policy, and Action. **One Earth**, v. 2, p. 1-9, 2020.

GONÇALVES, Leandra Regina; GERHARDINGER, Leopoldo Cavalieri; Polette, Marcus; TURRA, Alexander. An endless endeavor: the evolution and challenges in the multi-level coastal governance in the Global South. **Sustainability**, v. 13, p. 10413, 2021.

GRILLI, Natalia de Miranda; XAVIER, Luciana Yokoyama; JACOBI, Pedro Roberto; TURRA, Alexander. Sustentabilidade das regiões costeiras e oceânicas - necessidade de um novo relacionamento entre ciência e gestão. **Revista USP**, v. 113, p. 45-58, 2017.

IOC/UNESCO. **Global Ocean Science Report 2020: charting capacity for ocean sustainability**. K. Isensee (ed.). Paris: IOC-UNESCO, 2020.

IOC/UNESCO. **The United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development (2021-2030) Implementation Plan**. Paris: IOC/UNESCO (IOC Ocean Decade Series, 20), 56 pp, 2021.

IOC-UNESCO. **The Science we Need for the Ocean We Want: The United Nations Decade of Ocean Science for Sustainable Development (2021-2030)**. Paris: IOC-UNESCO, 2020.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira. Construção da crítica à oceanografia clássica: contribuições a partir da oceanografia socioambiental. **Ambiente & Educação**, v. 24, n. 2, p. 13–41, 2019.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira. **Avanços em Oceanografia Humana: o Socioambientalismo nas ciências do mar**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, pp. 340.

NICOLODI, João Luis; ASMUS, Milton Lafourcade; POLETTE, Marcus; TURRA, Alexander. Critical gaps in the implementation of Coastal Ecological and Economic Zoning persist after 30 years of the Brazilian coastal management policy. **Marine Policy**, v. 128, p. 104470, 2021.

POLETTE, Marcus; MARENZI, Rosemary; TURRA, Alexander. As mudanças do Brasil nestes 25 anos do PNGC. In: PEREIRA, Flávia Cabral; OLIVEIRA, Márcia Regina Lima de. (org.). **Plano nacional de gerenciamento costeiro: 25 anos do gerenciamento costeiro no Brasil**. 1. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2015, p. 166-178.

SANTOS, Thauan. Economia do Mar: Agenda global e o caso do Brasil. **GEM Policy Brief**, n. 1, v. 1, p. 4–11, 2021a.

SANTOS, Thauan. Dotting the I's and crossing the T's on the fifty shades of blue economy: an urgent step to address the UN Ocean Decade. **Ocean and Coastal Research**, v. 29, suppl.1, 2021b, no prelo.

TELES, S.; MONT'ALVERNE, T. C. F. Le Mercosur et la prise de conscience environnementale: possibilités et limites de la protection du milieu marin. In: CUDENNEC, Annie; GUEGUEN-HALLOUET, Gaelle. (org.). **L'UE et la mer: 60 ans après les Traités de Rome**. 1.ed. v. 1. Paris: Pedone, 2019, p. 155-173.

TURRA, Alexander et al. O Perfil e a Atuação do Oceanógrafo. In: HARARI, Joseph (org.). **Noções de Oceanografia**. São Paulo: Instituto Oceanográfico, 2021.

UN. International (UN) Decade of Ocean Science for Sustainable Development. **Resolution adopted by the IOC Assembly at its 29th Session**, Paris, 21–29 June 2017, (Resolution XXIX-1).

Recebido em: 10/06/2021

Aceito em: 25/02/2022